



## NÃºcleos do STJ farÃ£o triagem mais precisa de processos repetitivos

Com o objetivo de combater a morosidade na prestaÃ§Ã£o jurisdiccional, o Superior Tribunal de JustiÃ§a iniciou o ano forense de 2013 com duas novas resoluÃ§Ãµes que darÃ£o mais eficiÃªncia e agilidade aos trabalhos da corte.

A ResoluÃ§Ã£o 2 cria o NÃºcleo de RepercussÃ£o Geral e Recursos Repetitivos (Nurer), conforme prevÊ a ResoluÃ§Ã£o 160/12 do Conselho Nacional de JustiÃ§a. Essa unidade, vinculada Ã PresidÃªncia do STJ, estÃ montando um banco de dados com todos os processos judiciais com teses submetidas a julgamento sob o rito da repercussÃ£o geral (Recurso ExtraordinÃrio no STF) e dos recursos repetitivos (Recurso Especial no STJ).

JÃ a ResoluÃ§Ã£o 5 prevÊ o compartilhamento, com os presidentes das SeÃ§Ãµes, da atribuiÃ§Ã£o do presidente do STJ para julgar monocraticamente processos que nÃ£o cumprem os requisitos de admissibilidade, que tratem de teses com jurisprudÃªncia pacificada ou repetem controvÃ©rsias que estÃo sendo analisadas em recursos repetitivos.

“Essa resoluÃ§Ã£o vai permitir que se liquidem processos em massa que nÃ£o sÃo formadores de teses, para que as causas com teses relevantes tenham dedicaÃ§Ã£o mais intensa por parte dos ministros”, avalia o ministro Sidnei Beneti. “Evita-se assim a repetiÃ§Ã£o infinita de processos que chegam sobre questÃµes jÃ definidas pelo tribunal”, completou.

### Nurer

O julgamento de um Recurso Especial sob o rito dos repetitivos, tambÃm chamados de representativos de controvÃ©rsia, previsto no artigo 543-C do CÃdigo de Processo Civil, suspende a anÃlise de processos com a mesma tese em todos os tribunais do paÃs. A decisÃo do STJ nesses recursos Ã uma diretriz para os tribunais que estÃo com processos parados. Recursos contra decisÃµes que estiverem de acordo com a tese firmada no repetitivo nÃo serÃo analisados pela corte superior.

O problema Ã que muitas vezes os tribunais nÃo conseguem gerenciar essas informaÃ§Ãµes. Ã essa dificuldade que o Nurer vai resolver. “Ã uma fonte de informaÃ§Ãµes para os tribunais de segundo grau, com relaÃ§Ã£o a todos os recursos especiais repetitivos que estÃo no STJ, em julgamento ou aguardando decisÃo”, explicou o secretÃrio judiciÃrio do STJ, Rubens GonÃalves Rios.

### Banco de dados

O papel central do Nurer Ã gerenciar informaÃ§Ãµes e construir um banco de dados que vai agilizar o trabalho nos gabinetes dos ministros do STJ e em todos os tribunais de segundo grau.

O banco de dados servirÃ a todos os operadores da JustiÃ§a. SerÃ possÃvel saber quantos repetitivos sobre determinada matÃria tramitam no tribunal, quantos foram julgados, quantos aguardam julgamento e quais as teses em discussÃo. Tudo Ã disposiÃ£o dos juÃzes, advogados, defensores pÃblicos e procuradores.

### Nupre



Dos processos que chegam ao STJ todos os dias — em média, 1,2 mil —, a Secretaria Judiciária faz a triagem e encaminha para o Núcleo de Procedimentos Especiais da Presidência (Nupre) os que possuem algum vício de admissibilidade, os que já tiveram a tese apreciada sob o rito dos recursos repetitivos ou tratam de matéria pacificada pelo tribunal.

Atualmente, uma equipe de 18 servidores prepara os processos que não devem ser distribuídos para serem analisados pelos ministros e órgãos colegiados. Esses casos são decididos pelo presidente da corte. É essa competência que está sendo compartilhada com os presidentes das Seções, conforme a Resolução 5.

O trabalho vai começar pela 2ª Seção, devido à grande quantidade de processos com matéria pacificada que esse colegiado recebe. “Nada novo será julgado nessa sistemática. As decisões vão se reportar exclusivamente ao que já foi julgado”, garante Beneti.

### **Matéria pacificada**

Para o secretário judiciário do STJ, a Resolução 5 tem como principal avanço o trabalho com a ideia de matéria pacificada no tribunal. “Todos esses processos em que o tribunal já bateu o martelo sobre ponto controvertido, com tese pacificada, agora podem ser decididos pelo presidente do tribunal ou, conforme reza a resolução, ele pode delegar isso aos presidentes das Seções”, detalhou Rios.

Outra novidade introduzida pela norma é a possibilidade de o STJ devolver aos tribunais de origem os processos que versam sobre teses em julgamento no rito dos repetitivos, ainda pendentes de decisão. “Isso permitirá uma redução no número de processos com matéria repetida e os jurisdicionados terão mais celeridade na apreciação do seu recurso”, acredita Diogo Verneque, assessor-chefe do Nupre.

### **Classificação avançada**

Outro desafio lançado pelo CNJ que vai revolucionar a gestão das ações judiciais é a classificação avançada dos processos, por teses. Todos os tribunais do país devem adotar a tabela única de classificação. O conselho já catalogou mais de três mil teses. O STJ já tem como sugestão outras dez mil.

Na prática, a nova classificação vai permitir, por exemplo, que num processo sobre repetição de indébito, o gabinete visualize imediatamente que o caso trata, na verdade, apenas de questão processual ou de honorários, e não de tese tributária.

Isso é o que se faz no modelo atual. O processo já classificado chega ao gabinete e passa por outra triagem para identificar exatamente a tese tratada. A classificação avançada vai detalhar o processo na chegada ao tribunal, evitando perda de tempo com retrabalho.

Essa nova forma de trabalhar vai exigir mais dos analistas judiciários que exercem essa função, todos eles bacharéis em Direito. Para aprimorar a qualificação desses profissionais e habilitá-los a fazer a nova classificação, o STJ iniciou este mês um curso de capacitação dos servidores. A previsão é iniciar a classificação avançada no Tribunal no dia 13 de maio próximo.

### **Projeto longo**

A classificação avançada é uma inovação que leva tempo para ser concluída. “É um projeto a ser



---

instalado de médio a longo prazo, previsto para estar integralmente aplicado em 2014, se tudo correr dentro do cronograma”, informou Valéria Conti, analista do Nurer.

O projeto inclui o desenvolvimento de um sistema de informática que vai identificar que um processo que acaba de chegar já tem tese discutida pelo STJ. Vai detectar também se a tese foi julgada em recurso repetitivo, está pacificada ou se é tese nova. “A partir daí será decidido o destino do processo, se vai para gabinete, ou para o Nupre para ser decidido apenas por um despacho do presidente”, explicou a servidora.

Vê-se que o Nurer, o Nupre e a classificação avançada são componentes de sistema integrado. Existem e funcionam de forma independente, mas o salto de qualidade na prestação jurisdicional será justamente a operação sincronizada desses instrumentos.

“A partir do momento em que todas essas ações estiverem bem integradas, o efeito maior para a população será a prestação de serviço com mais eficiência, um julgamento com mais qualidade e celeridade, e uma resposta melhor do Poder Judiciário ao jurisdicionado”, aposta Rubens Rios.  
*Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.*